

A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL E O MOVIMENTO DOS SALÁRIOS

Dayani Cris de Aquino^{1*}

RESUMO

Este trabalho analisa o movimento dos salários dentro do processo de acumulação de capital, sob enfoque marxista. Parte-se dos três argumentos de Marx, encontrados no capítulo sobre a Lei Geral da Acumulação Capitalista, até a construção de uma teoria marxista de ciclo e crise. O primeiro argumento de Marx refere-se ao efeito da acumulação sobre os salários quando a composição do capital é mantida constante. Neste caso é o ritmo da acumulação que regulará o movimento dos salários. O segundo refere-se ao efeito da acumulação sobre o salário quando varia a composição do capital e neste caso será a expansão e contração do exército industrial de reserva o mecanismo regulador dos salários. E o terceiro argumento enfatiza o modo cíclico de formação da superpopulação relativa, por isso a necessidade de apresentar uma teoria de ciclo e crise. Apesar da falta de consenso entre os teóricos marxistas para explicação das crises, optou-se por apresentar a teoria proposta por Makoto Itoh que, embora não seja uma teoria amplamente aceita, tenta articular orgânica e coerentemente os argumentos de Marx permitindo destacar o movimento dos salários dentro do ciclo de negócios. Conclui-se que a análise de Itoh pode ser adequada a casos concretos da experiência empírica, mas não pode constituir-se como mecanismo básico de explicação para a crise. Além disso, o movimento dos salários dentro do ciclo é determinado, principalmente, pela intensidade e frequência com qual se modifica a composição orgânica do capital e, por extensão, o exército industrial de reserva. Portanto, em última análise, é a expansão e contração do exército industrial de reserva que determina os movimentos dos salários dentro do ciclo econômico.

Palavras-chave: salários; acumulação; crise

Área de submissão: 06 – Valor, Preço e Distribuição.

ABSTRACT

This paper analyses the movement of wages inside the process of capital accumulation, through a Marxist view. The starting point is the three arguments, found in the chapter on the Law of General Capital Accumulation, towards the construction of a Marxist theory of business cycles and crisis. The first of Marx's arguments refers to the effect of accumulation over the wages when the capital composition is held constant. The second refers to the effect of accumulation over the wages when the capital composition changes and, in this case, the regulatory mechanism of wages will be the expansion and contraction of the reserve industrial army. The third argument emphasizes the cyclical manner of the formation of relative super-population, hence the necessity of presenting a theory of business cycles and crises. Despite the lack of agreement among the Marxist theorists on the explanation of crises, it was opted to present Makoto Itoh's theory which, although not widely accepted, try to articulate organically and coherently Marx's arguments stressing the wages movement inside the business cycles. We conclude that Itoh's analysis is adequate to concrete cases of empirical experience, nevertheless it cannot constitute a basic explanation mechanism for crises. Furthermore, the wages movement inside the business cycles is mainly determined by the intensity and frequency with which the organic capital composition changes and, as a consequence, the reserve industrial army. Thus, it is the expansion and contraction of the reserve industrial army that determine the wages movement inside the business cycle.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná.

* Agradeço aos professores Francisco Cipolla e Claus Germer pela oportunidade e o incentivo para me aprofundar nos estudos de temas relacionados à teoria marxista.

INTRODUÇÃO

O processo de acumulação do capital é tema recorrente na pesquisa acadêmica, principalmente dentro da escola marxista. Há uma ampla e heterogênea literatura dedicada a desvendar os mecanismos de seu funcionamento e identificar as relações causais subjacentes. O tema permite diversos desdobramentos, contudo, pretende-se focalizar somente a relação existente entre a acumulação de capital e o movimento dos salários ou, em outros termos, investigar as possibilidades teóricas de que o processo de acumulação de capital possa ensejar o aumento concomitante da parcela salarial no total da renda nacional e, mais ainda, investigar os limites deste aumento.

A despeito da existência de um vasto universo de teorias sobre crescimento e distribuição a análise será desenvolvida com base na construção teórica de Marx e outras contribuições marxistas. A relevância do tema reside na observação da existência de notável quantidade de trabalhos, de diferentes origens teóricas, que propõe não só a possibilidade de conciliar crescimento econômico e aumento da parcela salarial (como, por exemplo, trabalhos sobre crescimento e distribuição de renda de inspiração kaleckiana), mas também a possibilidade de que o aumento da parcela salarial possa constituir-se numa barreira para a própria acumulação (como, por exemplo, as teorias de crise fundamentadas no *profit squeeze*). Essas proposições se contrapõem à tese fundamental da obra de Marx de que o capitalismo produz, inevitavelmente, a miséria e a exclusão da classe trabalhadora, mesmo apresentando, em alguns períodos, aumento nas taxas salariais.

Assim, para investigar o movimento dos salários dentro do processo de acumulação de capital é preciso discutir dois pontos básicos: primeiro, o fato de que esse processo se dá ciclicamente; segundo, o fato de que a parcela salarial pode, sim, aumentar em determinada fase do ciclo, embora haja necessidade de apontar que esse aumento encontra um limite dentro do próprio processo de acumulação de capital, que é o aumento da composição orgânica do capital.

Assim, na tentativa de lançar luz sobre essas questões, o artigo será estruturado em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção fará uma síntese sobre a argumentação de Marx a respeito da dinâmica da acumulação de capital, destacando três resultados principais: o primeiro é a relação entre a acumulação e os salários quando a composição do capital é mantida constante, a qual indica que os salários serão regulados pela expansão e contração da acumulação; segundo, com o aumento da composição do capital, os salários serão regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva; terceiro, a natureza cíclica da formação desse exército industrial de reserva, além da importância da manutenção desta superpopulação relativa para o próprio sistema.

Dada essa natureza cíclica de expansão e contração da superpopulação relativa, a seção dois apresentará uma teoria de ciclo de negócios que tenta unificar os três resultados apresentados acima, investigando tanto a formação, exaustão e reconstituição do exército industrial de reserva como seu efeito sobre o movimento dos salários. Contudo, concluir-se-á que, independente da teoria de ciclo e crise utilizada, o movimento dos salários depende apenas da intensidade com que se modifica a composição orgânica do capital e da variação no estoque de trabalhadores pertencentes ao exército industrial de reserva.

1 A DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

A acumulação de capital, do ponto de vista marxiano, consiste na aplicação da mais-valia obtida em períodos anteriores para ampliação do processo produtivo atual. Esse processo se dá, basicamente, através da compra de meios de produção e força de trabalho. Quando se supõe que as mercadorias são vendidas pelo seu valor, então, os salários equivalem ao valor da força de trabalho e variam de acordo com este valor. Giussani (1991) já observou que o valor da força de trabalho não pode ser considerado uma magnitude nem constante nem exógena, já que varia de acordo com o grau de civilização de um dado país e este, por sua vez, aumenta continuamente com o aumento da produtividade do trabalho.

Por outro lado, os salários, geralmente, se desprendem do valor da força de trabalho em função da diferença entre a demanda e a oferta de força de trabalho. A magnitude da oferta de força de trabalho está diretamente relacionada com a magnitude do exército industrial de reserva. Este varia em decorrência do aumento da população trabalhadora tanto pela via do crescimento populacional como da substituição de trabalhadores por máquinas. É precisamente por esse último motivo que os salários devem ser considerados endógenos na teoria marxista, já que dependem das modificações na composição orgânica do capital.

Em vista disso, o movimento dos salários deve ser investigado dentro da dinâmica de acumulação. Marx, na sua “Lei geral da acumulação capitalista”, apresenta três argumentos principais que mostram o efeito da acumulação sobre os salários. Esses argumentos parecem, a princípio, contraditórios e excludentes, mas como será visto adiante é possível articulá-los de forma bastante coerente.

Por isso, a primeira seção apresentará dois argumentos que decorrem das hipóteses de composição orgânica do capital (COC) constante e crescente. A primeira faz o movimento dos salários depender do aumento ou diminuição do ritmo da acumulação de capital. A segunda hipótese constitui-se a base da formação do exército industrial de reserva e, portanto, faz este

tornar-se o mecanismo regulador dos salários. A outra seção apresentará o terceiro argumento, o qual se refere à natureza cíclica de formação do exército industrial de reserva.

A Lei Geral da Acumulação Capitalista

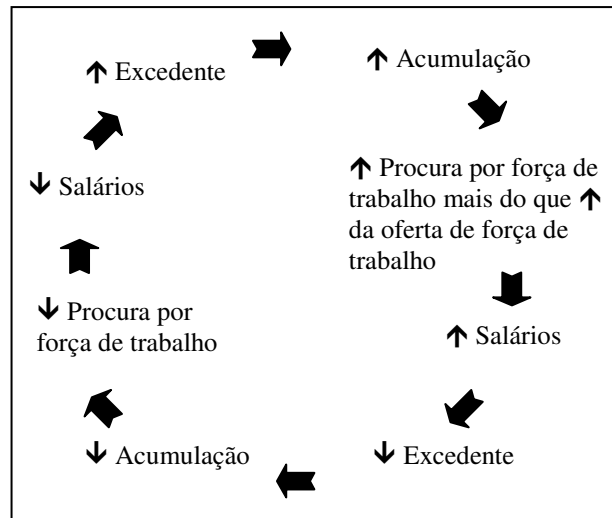
N’*O Capital*, livro I, capítulo intitulado “A lei geral da acumulação capitalista” Marx expõe os efeitos do processo de acumulação sobre os salários a partir de duas hipóteses: primeiro mantendo-se constante a composição orgânica do capital e, em seguida, variando essa composição. Tomando-se a primeira hipótese de que não se modifica a proporção entre a quantidade do capital variável exigida para por em funcionamento determinada quantidade de capital constante e, ainda, mantendo-se inalteradas as demais condições, o que ocorre com os salários quando o excedente de um período é continuamente reinvestido no período seguinte, isto é, quando decorre o processo de acumulação?

O argumento de Marx é que se o excedente for sempre dividido na mesma proporção entre capital variável e capital constante, então a procura por força de trabalho aumentará, a cada ano, na mesma proporção em que aumentar o capital. Se esse processo se repete continuamente, de forma que a intensidade do crescimento da acumulação do capital exceda o crescimento da população trabalhadora, então, a procura por força de trabalho será maior do que a oferta e, assim, haverá pressão para aumentar os salários. Os salários aumentarão, mas somente até certo ponto, pois a partir do momento em que alcancem patamares muito altos, relativamente ao excedente, a diminuição deste leva a queda da acumulação. Uma menor acumulação diminuirá a procura por trabalho (aumentando a superpopulação relativa) e conseqüentemente desaparecerá a pressão para alta dos salários, então, estes diminuirão². A diminuição dos salários possibilita um novo aumento do excedente e o processo repete-se de forma circular, como mostrado na ilustração 1.

Com isso Marx sugere que os salários podem aumentar, mantida a hipótese de que a composição orgânica do capital permanece constante, somente até o ponto no qual não atrapalham a acumulação, assim, é o movimento de alta ou baixa da acumulação que regula o nível dos salários e não o contrário. “Expressando matematicamente: a magnitude da acumulação é a variável independente, o montante dos salários, a variável dependente, não sendo verdadeira a afirmação oposta.” (Marx, 1996b, p. 721).

² Itoh (1988) observa que Marx não apresenta argumentos que mostrem a limitação lógica do crescimento dos salários e nem as razões pelas quais no lugar da diminuição da acumulação não possa ocorrer uma crise.

ILUSTRAÇÃO 1 – O AJUSTE DOS SALÁRIOS COM COC CONSTANTE



Retirando a hipótese de que a composição orgânica do capital mantenha-se constante e considerando agora o aumento desta composição, o que ocorrerá com os salários durante o processo de acumulação de capital? Para responder essa pergunta deve-se esclarecer, primeiramente, o que significa uma mudança na composição do capital e qual a sua implicação no curto prazo.

O aumento da relação entre capital constante e variável, ou seja, o aumento de $(\frac{c}{v})$ pode originar-se a partir de diversas fontes: do aumento em c permanecendo constante v ; da diminuição de v permanecendo constante c ; do aumento em c simultaneamente a diminuição em v etc. O importante é notar que tais variações estão relacionadas à introdução de novas máquinas, instrumentos ou métodos de trabalho no processo produtivo. A implicação destas modificações na composição do capital reflete-se diretamente no aumento da produtividade do trabalho.

Mas, afinal, o que leva os capitalistas a buscarem, cada vez mais, o aumento da composição do capital, isto é, o aumento da produtividade do trabalho? A concorrência entre os capitais estimula o aumento da produtividade do trabalho com o intuito de baratear os preços de suas mercadorias e auferir, pela diferença entre o preço individual e o preço de mercado, a mais-valia extraordinária. Além disso, o próprio encarecimento da força de trabalho pode constituir-se num incentivo para os capitalistas buscarem novas máquinas e métodos. Portanto, é a própria concorrência que, em última análise, exerce pressão para o aumento da produtividade do trabalho. Conforme observou Marx (1996b, p. 729): “a batalha da concorrência é conduzida por meio da redução dos preços das mercadorias. Não se alterando as demais circunstâncias, o barateamento das mercadorias depende da produtividade do trabalho, e este, da escala da produção. Os capitais grandes esmagam os pequenos.”

Assim, a pressão competitiva provoca, entre outras coisas, a busca continua pelo aumento da produtividade. Tal aumento possibilita dois efeitos sobre o resultado do processo produtivo. De um lado, o aumento da produtividade, de uma firma individual, permite a produção de mais mercadorias num mesmo espaço de tempo, reduzindo, assim, o valor das mercadorias e, conseqüentemente, o preço individual. Isso possibilita ao capitalista individual auferir mais-valia extra, por ser seu preço individual mais barato que o de mercado. E ainda, o aumento da produtividade nos ramos que produzem as mercadorias consumidas pelos trabalhadores, possibilita a diminuição do valor da força de trabalho, fazendo aumentar a taxa de mais-valia pela via relativa.

De outro lado, o aumento da produtividade torna supérflua parte da força de trabalho empregada, já que um número menor de trabalhadores é capaz de produzir a mesma quantidade de mercadorias que era produzida antes do aumento da produtividade gerando, assim, aumento do exército industrial de reserva. É precisamente esse segundo efeito que modifica o resultado final da análise do movimento dos salários comparativamente ao resultado obtido sob a hipótese de composição orgânica constante.

Como foi visto, considerando-se constante a composição do capital, o nível dos salários será regulado pela alta ou baixa da acumulação e o aumento do exército industrial é uma conseqüência da redução do ritmo de acumulação. Inversamente, se o aumento na composição orgânica do capital e, conseqüentemente, o aumento da produtividade do trabalho, forem os elementos predominantes do processo de acumulação, então, a necessidade de força de trabalho tenderá a diminuir. Importante notar que, nesta situação, a diminuição da procura por força de trabalho não se dá por que o ritmo da acumulação diminuiu, mas ao contrário, ela ocorre a despeito da crescente taxa de acumulação. Isso gera, portanto, uma superpopulação relativa, a qual se tornará, conforme Marx, o mecanismo regulador dos salários. Portanto, “os movimentos gerais dos salários se regulam exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, correspondentes às mudanças periódicas do ciclo industrial.” (Marx, 1996b, p. 739)

Assim, para esclarecer o que determina e como se dá o movimento dos salários dentro do processo de acumulação de capital é preciso considerar, primeiro, a natureza cíclica deste processo e segundo analisar as condições para as mudanças na composição do capital em cada uma das fases do ciclo. Frequentemente argumenta-se que a hipótese de manter constante a composição orgânica do capital foi apenas um instrumento teórico-analítico utilizado por Marx para desenvolver o raciocínio. De fato, Marx sugeriu que apenas na fase inicial do capitalismo, a composição do capital mantinha-se mais ou menos constante ou mudava muito lentamente e que “por isso, à sua acumulação correspondia antes, de modo geral, o crescimento proporcional da procura por trabalho.” (Marx, 1996b, p.734)

Todavia, vale investigar qual das duas hipóteses preenche a teoria ao nível dos princípios básicos, ou seja, possibilita explicar o mecanismo básico do movimento do capital e qual delas deve ser considerada apenas em níveis concretos de análise. Será que a tendência de modificação da composição do capital não é uma expressão dominante do desenvolvimento da produtividade social do trabalho e, portanto, inerente ao processo de acumulação? É possível que a composição orgânica do capital permaneça constante, ou ainda, possa mudar lentamente, em algum lugar ou momento específico do capitalismo? Em que intervalo de tempo e sob quais incentivos se propagam as ondas de revolução tecnológica? Será que os capitalistas conseguem se livrar com grande facilidade de seus capitais imobilizados na forma de capitais fixos, de forma a, substituí-los por tecnologias mais avançadas? E, ainda, será que o custo de uma nova tecnologia poupadora de força de trabalho é sempre mais viável do que a contratação da própria força de trabalho?

Essas perguntas têm o objetivo único de colocar em teste o argumento que atribui à mudança da composição orgânica do capital a responsabilidade de gerar continuamente a superpopulação relativa, de forma que os salários sejam regulados por ela. Para discutir essas questões precisa-se, antes de tudo, analisar mais detalhadamente a natureza cíclica da formação do exército industrial de reserva.

O Exército Industrial de Reserva e suas Formas

É possível, a partir da seção anterior, mostrar que Marx (1996b) construiu uma “lei da população” no capitalismo demonstrando que o movimento da acumulação do capital produz uma crescente superpopulação relativa ao longo das fases do ciclo econômico. Isso ocorre, pois o aumento contínuo do capital constante em relação ao variável libera força de trabalho, a qual não pode ser totalmente reabsorvida no processo produtivo, mesmo com o aumento da acumulação, já que “sendo a procura de trabalho determinada não pela magnitude do capital global, mas pela magnitude de sua parte variável ela [a procura por trabalho] cai progressivamente com o aumento do capital global” dada a mudança na composição orgânica deste capital. (Marx, 1996, p. 732)

Importante notar que, para Marx (1996, p. 733), a superpopulação relativa é produto *necessário* da acumulação de capital e torna-se, portanto, a alavanca da acumulação e até mesmo a “condição de existência do modo de produção capitalista”. Isto reforça a idéia de que, para Marx, o aumento da composição do capital é elemento característico e inerente ao processo de acumulação, sendo que “os períodos em que a acumulação atua como mera expansão da produção sobre uma base técnica dada tornam-se *cada vez mais curtos*.”

Portanto, embora na fase de prosperidade a superpopulação possa ser em parte exaurida, a tendência contínua de aumento da composição orgânica do capital implica que a cada novo ciclo a acumulação se dê sobre bases técnicas cada vez mais mecanizadas e, portanto, a cada ciclo o exército industrial de reserva se apresenta maior que no anterior.

Essa superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva pode assumir três formas: a flutuante, a latente e a estagnada. A superpopulação relativa sob a forma *flutuante* caracteriza-se pelos trabalhadores que “são ora repelidos ora atraídos em quantidade maior” para dentro do processo produtivo, ou seja, aqueles trabalhadores que são demitidos em função de uma contração da atividade industrial e que serão reabsorvidos, em maior ou menor proporção de acordo com as necessidades de nova expansão do capital. (Marx, 1996b, p. 744)

Sob a forma *latente*, encontram-se os trabalhadores que são expulsos da atividade agrícola em função da crescente capitalização da agricultura e da conseqüente introdução de máquinas e equipamentos que diminuem a demanda por força de trabalho. Essa população trabalhadora rural transferir-se-á para a cidade, à procura de ocupação, na medida em que a agricultura tem muito menos poder de reabsorção de trabalhadores do que a indústria.

Por fim, a forma *estagnada* da superpopulação relativa “constitui-se parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular. (...) Conhecemos já sua configuração principal sob o nome de trabalho a domicílio.” (Marx, 1996b, p. 746) Esse tipo de atividade domiciliar exige dispêndio máximo de trabalho e proporciona os menores salários possíveis, incorporando os trabalhadores que se tornaram supérfluos na indústria e na agricultura.

Então, conforme exposto, o exército industrial de reserva é formado pelo contínuo aumento da composição orgânica do capital, ou em outras palavras, pela constante substituição de força de trabalho por novas máquinas ou métodos de produção, pois esse tipo de procedimento aumenta a produtividade do trabalho trazendo como conseqüência a liberação de parte da força de trabalho, tornando-a excedente relativamente ao capital acumulado.

No entanto, a intensidade na qual essa superpopulação relativa é formada depende das fases do ciclo industrial, conforme observou Marx (1996b, p.736): “o curso característico da indústria moderna (...) com a intercorrência de movimentos oscilatórios menores, constituído de fases de atividade média, de produção a todo vapor, de crise e de estagnação, baseia-se na formação contínua, na maior ou na menor absorção e na reconstituição do exército industrial de reserva (...).”

Portanto, se o exército industrial de reserva se expande e se contrai, tal como Marx propõe, na medida em que é formado, exaurido e reconstituído dentro do ciclo de negócios e se os salários são regulados por tal expansão e contração, então os salários deverão, também, variar ciclicamente dentro de tal processo. Por isso, uma adequada investigação do movimento dos salários no decorrer

do processo de acumulação do capital deve ser realizada a partir da análise de uma teoria do ciclo de negócios. Assim, a despeito da existência de várias vertentes, dentro da teoria marxista, para o estudo das crises e, portanto, dos ciclos, a próxima seção discutirá apenas a teoria de crise que coloca o salário como determinante da crise, de modo que se possam apontar suas limitações.

2 CICLO ECONÔMICO, CRISES E O MOVIMENTO DOS SALÁRIOS

Os ciclos e crises econômicas dispõem demonstrações científicas para atestar sua existência e recorrência, pois a própria experiência empírica se encarrega deste trabalho. No entanto, o que instiga as pesquisas científicas é a tentativa de explicar as *causas* dos ciclos e das crises. Neste quesito a teoria marxista é ainda pouco consensuada, existindo várias interpretações sobre o mesmo fenômeno.

É curioso observar que, embora Marx não tenha indicado um mecanismo unicausal para explicar o fenômeno *crise*, a quase absoluta maioria de autores marxistas se apegou, de diferentes formas, a *apenas um* aspecto do processo de reprodução do capital, colocando tal aspecto como determinante da crise. As próprias classificações para as teorias de crise marxistas, sugerem esse apego. A tipologia proposta por Itoh (1988) aponta duas grandes abordagens que pretendem explicar as crises das economias capitalistas. A primeira, denominada pelo autor como “teorias de excesso de mercadorias” e a segunda chamada de “teorias de excesso de capital”. Cada uma delas contém duas variantes. As teorias de excesso de mercadorias subdividem-se em teoria do subconsumismo e teoria da desproporção entre ramos industriais. As teorias de excesso de capital segmentam-se na teoria da escassez de força de trabalho (também conhecida como *profit squeeze*³) e na teoria da crescente composição orgânica do capital. Nota-se, portanto, a falta de consenso entre os teóricos e a necessidade de construção de uma teoria de crise ao nível dos princípios básicos.

Todavia, essa tarefa excede o escopo do presente trabalho. Por este motivo, será apresentada apenas a construção teórica sobre ciclo de negócios e crises de Itoh⁴ (1988) que, embora parcial, permite destacar o movimento dos salários dentro do processo de acumulação do capital, o que será feito apontando suas eventuais limitações.

³ A *profit squeeze theory* supõe que a queda da lucratividade se dá em decorrência do aumento salarial. Entretanto, alguns autores, como Weisskopf (1979), sustentam que o aumento salarial ocorre em função da luta e do poder de barganha dos trabalhadores, enquanto Itoh (1988) argumenta que se a composição do capital se mantém constante na fase de prosperidade a acumulação de capital exaure o exército industrial de reserva e, por isso, os salários aumentam.

⁴ Os trabalhos de Makoto Itoh fazem parte das contribuições da chamada escola de Uno que embora não muito conhecida no ocidente empreende importantes estudos sobre a obra de Marx. Uns dos maiores méritos de Itoh é tentar complementar a teoria de crise de Marx de forma coerente e introduzindo a análise do crédito.

Para Itoh (1988), esta construção teórica, não exclui a possibilidade de utilização de nenhuma das quatro variantes, contanto que, num nível de pesquisa mais concreto e específico. Desta forma, o arcabouço teórico apresentado a seguir, pretende articular os três argumentos apresentados por Marx no capítulo “A lei geral da acumulação capitalista”, ou seja, coadunar as hipóteses de composição orgânica constante e crescente, assim como, destacar a natureza cíclica de formação do exército industrial de reserva ao longo das fases do ciclo econômico.

Para isso, subdividiu-se a seção em três partes. A primeira apresentará os resultados do processo de acumulação no decorrer da fase de prosperidade, tendo como argumento e crítica principais a manutenção relativamente constante da composição orgânica do capital. A consequência dessa hipótese é a contínua absorção da superpopulação relativa existente e, por extensão, o aumento dos salários nominais no final desta fase. No entanto, pretende-se argumentar que o próprio aumento dos salários induz os capitalistas a buscar processos produtivos menos intensivos em força de trabalho e, portanto, tende a modificar a composição do capital. A segunda parte mostrará o processo de crise, o qual é atribuído à ‘absoluta superprodução de capital’ em relação à população trabalhadora, assim como, o movimento descrito pelo salário. E a terceira apresentará a fase de depressão, cuja característica principal é o aumento da composição orgânica do capital e a consequente reconstituição do exército industrial de reserva e seus efeitos sobre os salários.

A Prosperidade

Nesta fase, Itoh utiliza o primeiro argumento de Marx, discutido acima, referente ao aumento da acumulação acompanhado por uma composição orgânica relativamente constante. O autor argumenta que isso é possível, na prosperidade, por dois motivos. Primeiro é que a pressão competitiva não é tão forte nesta fase, de modo que, as motivações para o aperfeiçoamento da produtividade e para racionalização dos métodos são mais brandas. Na verdade, para ele, a concorrência atua de forma diferente na fase da prosperidade e da depressão. Nesta última, a competição é intensificada como resultado da “absoluta superprodução de capital”, como será visto mais adiante (Itoh, 1988, p.300). O segundo motivo é que a grande quantidade de capital fixo impõe algumas restrições para mudanças radicais nos métodos. Desta forma, existindo uma superpopulação relativa, herdada da fase anterior, esse aumento da acumulação, com composição orgânica relativamente constante, absorverá parte desses trabalhadores sem causar pressão sobre os salários.

Uma característica importante desta fase é que os preços flutuam dentro de intervalos bem mais limitados, diminuindo o desequilíbrio entre os preços de mercado e os preços de produção. Isso permite que a acumulação se expanda em condições mais estáveis do mercado de trabalho e favorecendo o processo de equalização da taxa de lucro através das esferas industriais.

Além disso, o sistema de crédito, com taxas de juros baixas, ajuda a promover a acumulação de capital. Para Itoh, a abundância de capital para empréstimo não deve ser colocada como causa da prosperidade, pelo contrário, ela é consequência da “próspera expansão da acumulação real de capital com taxas de lucros relativamente estáveis e satisfatórias”. (Itoh, 1988, p.306)

Enquanto o processo de acumulação se dá com taxas de lucro relativamente ‘estáveis e satisfatórias’, a superpopulação relativa será absorvida proporcionalmente ao aumento do capital. Itoh supõe que a taxa de capital anualmente acumulado, como sendo uma função da taxa de lucro, deverá ultrapassar a taxa de crescimento da população, reduzindo a superpopulação relativa.

Assim, no final da fase de prosperidade, o exército industrial de reserva⁵ deverá estar tão reduzido a ponto de iniciar uma pressão para o aumento dos salários. Itoh supõe que a inelasticidade da oferta de força de trabalho é capaz de fazer aumentar os salários nominais e, conseqüentemente, elevar os salários reais, de modo que a mais-valia e o lucro diminuam continuamente. Esse processo de queda da taxa de lucro, em função do aumento dos salários, deve resultar numa “absoluta superprodução de capital” conforme observado por Marx:

Na medida em que o capital cresce em tal proporção à população trabalhadora que nem o tempo de trabalho absoluto que essa população oferta nem seu tempo de trabalho extra pode ser aumentado (isso de qualquer maneira, não seria factível com demanda por trabalho tão intensa, a ponto de haver uma tendência à elevação dos salários); onde, por isso, o capital aumentado produz apenas a mesma massa de mais valia que antes, haverá uma superprodução de capital; i.e. a expansão de $C + \Delta C$ não produzirá qualquer lucro a mais, ou ainda, produzirá menos lucro, que o capital C produzia antes de seu aumento em ΔC . (Marx, apud Itoh, 1988, p.308)

Nesta situação, Itoh argumenta que os capitalistas podem tentar manter parte de seus capitais ociosos objetivando aliviar as dificuldades postas pela superacumulação de capital. No entanto, este artifício resulta em perda de parcela de mercado acelerando, ainda mais, a queda tanto da massa como da taxa individual de lucro. Assim, na última fase da prosperidade, os capitalistas individuais devem continuar o processo de expansão, na tentativa de manter ou aumentar seus lucros.

⁵ É importante notar que Itoh considera como exército industrial de reserva apenas a superpopulação relativa resultante do próprio processo de acumulação de capital. O autor afirma que grande parte dos trabalhadores incluídos na forma latente e estagnada devem ser desconsiderados, pois estão ligados ao processo de decomposição do modo de produção anterior ao capitalismo e não às leis internas de movimento do capital. Isto significa que, do ponto de vista de Itoh, o exército industrial de reserva é menor do que do ponto de vista de Marx.

Assim, a superacumulação de capital, causada pelo aumento dos salários, produz três efeitos principais, no fim da prosperidade. Primeiro, amplia a flutuação dos preços de produção das mercadorias. Segundo, provoca o desenvolvimento das operações especulativas. E, por fim, reverte as funções do crédito.

A ampliação da flutuação dos preços de produção das mercadorias se dá através da variação dos preços de custo, os quais são afetados pelo aumento dos salários, de acordo com a composição do capital nas diferentes esferas de produção. O preço de produção das mercadorias produzidas nos setores com composição do capital menor do que a média deve aumentar, enquanto que o preço de produção das mercadorias produzidas nos setores com composição do capital maior do que a média deve cair, na medida em que a equalização da taxa de lucro atua entre as diversas esferas produtivas.

O desenvolvimento especulativo refere-se ao aumento do comércio especulativo e o armazenamento em grande escala daquelas mercadorias, cujo preço tende a aumentar. O sistema de crédito torna-se um importante instrumento para viabilizar esse crescimento irregular, assim, “o desenvolvimento dessas operações especulativas são (...) o corolário da última fase da prosperidade onde o capital real é superacumulado com o aumento nos salários” (Itoh, 1988, p. 310). Esse processo de superacumulação de capital e seu conseqüente desenvolvimento especulativo são restringidos pelo aumento da taxa de juros, juntamente com a reversão das funções do sistema de crédito, além da contínua queda da taxa de lucro.

O sistema de crédito, na fase inicial da prosperidade, ofertava grandes quantidades de capitais para empréstimos e, como conseqüência, apresentava baixas taxas de juros. No final desta fase, dado o aumento significativo das operações especulativas e da demanda por capital para pagamento dos salários, ambos financiados em grande parte pelo crédito, este sistema terá suas funções revertidas, ou seja, haverá diminuição da oferta de crédito e conseqüente aumento da taxa de juro. Desta forma, a última fase de prosperidade transforma-se, então, numa aguda crise.

O ponto fundamental da teoria de Itoh a ser analisado é a hipótese de que na prosperidade a composição do capital se mantém constante. Todas as demais implicações decorrem desta hipótese, isto é, a diminuição do exército industrial de reserva, o aumento dos salários, a queda da lucratividade, por fim, a crise.

Ocorre que a ameaça da lucratividade pelo aumento da parcela salarial constitui-se uma boa motivação para os capitalistas modificarem seus processos produtivos, substituindo trabalhadores por máquinas. Enquanto o custo total da máquina (incluindo custos de aquisição, depreciação e custos em se desfazer do capital fixo) for menor do que o custo com a força de trabalho, então, certamente haverá interesse em modificar a composição do capital, em prol do capital constante e

em detrimento do capital variável. Portanto, durante a fase de prosperidade os salários poderão aumentar, mas encontrarão seu limite no aumento da composição orgânica do capital e, consequentemente, no aumento do exército industrial de reserva.

Shaikh (1991) argumenta que a mecanização, torna-se a expressão dominante do desenvolvimento da produtividade social do trabalho. O objetivo final do capitalista ao comprar a força de trabalho é extrair a máxima produtividade possível durante o processo de trabalho. Isto era feito, na fase inicial do capitalismo, através da intensificação e do aumento da jornada de trabalho. Na medida em que esses procedimentos tornam-se difíceis de serem colocados em prática, seja pelo limites físicos dos próprios trabalhadores, seja pela legislação trabalhista em vigor, os capitalistas se encontram cada vez mais obrigados a aumentar a produtividade do trabalho através de modificações no próprio processo de trabalho. Por isso, o impulso à mecanização se dá de forma independente do movimento do salário real, provém do fato de que é o capital que controla o processo de trabalho.

Além disso, o aumento dos salários verificar-se-á somente no caso em que o crescimento da população trabalhadora for menor do que o crescimento da acumulação de capital, o que não pode ser tomado como hipótese para formulação de uma teoria básica para explicação das crises.

Todavia, não se pode negar que a teoria de Itoh constitui-se, ao nível da análise empírica, uma boa explicação para a crise. Um país que possua tradição em zelar pelo emprego (os empregos vitalícios) e pelo salário pode, através de legislação específica, dificultar a substituição de trabalhadores por máquinas, permitindo o aumento dos salários a níveis que afetem a lucratividade. Entretanto, em outros países, onde a flexibilização das leis trabalhistas se encaixa perfeitamente com a orientação liberal do Estado, dificilmente o aumento dos salários poderá comprimir os lucros, pois antes disso, os capitalistas promoverão a modificação dos métodos produtivos.

Como isso, conclui-se que na fase da prosperidade, dependendo da intensidade do processo de acumulação de capital, existe a possibilidade dos salários aumentarem. Esta possibilidade está limitada pela magnitude do exército industrial de reserva. Por conseguinte, o aumento do exército industrial de reserva depende, além da taxa de crescimento da população trabalhadora, do aumento da composição do capital. E esta, como foi discutido, tende a aumentar de forma independente e por motivos inerentes ao processo de trabalho.

A seqüência da apresentação segue o exposto na teoria de crise de Itoh (1988), embora, o argumento principal de Itoh tenha sido colocado como adequado apenas ao nível da análise empírica, as fases de crise (seja qual for o mecanismo causal subjacente) e depressão mostram que o movimento dos salários depende do movimento de expansão e contração do exército industrial de reserva.

A Crise

Como foi visto, na etapa final da prosperidade, o sistema de crédito é intensamente utilizado para garantir o comércio especulativo. Isso ocorre, principalmente, no comércio atacadista. Itoh enfatiza que com a reversão das funções do crédito, isto é, a restrição da oferta de crédito e o aumento da taxa de juros, o começo da crise se dá pelo colapso das operações especulativas exatamente no comércio atacadista, pois as operações no varejo são sustentadas, por algum tempo, pelo consumo imediato. O resultado disso é um choque tanto no mercado de bens como no mercado monetário.

Itoh tenta demonstrar que ao espalhar-se por várias esferas industriais a dificuldade para encontrar o dinheiro suficiente para manter as operações especulativas, isso resultará em uma série de insolvências, já que os preços das mercadorias – os quais alcançaram os mais altos níveis na última fase da prosperidade – caem subitamente, impossibilitando a venda daquelas aos preços esperados.

Os bancos passam a restringir a concessão de novos empréstimos – tanto para capitalistas comerciais como industriais – com o objetivo de assegurar suas próprias reservas em caixa e evitar sua própria insolvência. Essa restrição do crédito faz aumentar drasticamente a taxa de juros, para os níveis mais altos observados em todo o ciclo. Como consequência dessas altas taxas de juros o processo de acumulação é inviabilizado, na medida em que se tornou extremamente dependente do crédito para realizar as transações das mercadorias, ou seja, as altas taxas de juros tornam excessivamente oneroso e sem sentido o processo de valorização de capital dependente do crédito. Em vista disso, o excesso de mercadorias existentes terá de ser vendido, mesmo sob o sacrifício de preços menores, com vistas a liquidar débitos passados entre os capitais reais.

Este cenário demonstra a dificuldade inerente posta pela superacumulação de capital, a qual pode se expressar na aparição contraditória de uma absoluta escassez de dinheiro no mercado monetário e um absoluto excesso de mercadorias no mercado de bens. Frente ao colapso desses dois mercados verifica-se uma paralisação e contração dos negócios, uma onda de falências pode atingir as esferas industriais e comerciais, assim como, o setor bancário.

Como consequência de tais falências observa-se o aumento significativo do desemprego e, por extensão, a diminuição dos salários. Desta forma, a queda da demanda efetiva por parte dos trabalhadores colabora com a dificuldade de venda das mercadorias existentes. Assim, “o tripé clássico da crise comercial, crise creditícia e crise industrial é, então, completado.” (Itoh, 1988, p.315)

Itoh tenta destacar o caráter contraditório do capitalismo como formação histórico-social, na medida em que o processo de autovalorização acaba exigindo – em algum momento e por algum tempo – a destruição de suas relações de produção, assim como, de seu próprio valor, em função do crescimento do seu próprio poder produtivo interno.

A questão que falta ser analisada para finalizar a fase de crise é quando e como essas contradições – as quais formaram um ciclo vicioso com a destruição dos capitais (representada pelas falências), a fraca demanda efetiva (exacerbada pelo aumento do desemprego) e as distorções do sistema de crédito (representadas pela restrição de crédito e alta da taxa de juros) – alcançam um limite? Itoh argumenta que, se os capitais são concebidos como entidades homogêneas, o limite teórico de sua destruição deve ser muito difícil de definir.

No entanto, essa hipótese de homogeneidade não caracteriza o mundo real, portanto, deve ser desconsiderada e o processo de crise deve ser analisado sem esse pressuposto. A idéia principal é que, além dos capitais dos diversos ramos industriais, comerciais e bancários não serem homogêneos, o desenvolvimento das operações especulativas, verificado na última fase da prosperidade, foi extremamente irregular e anárquico, desencadeando um igualmente irregular e anárquico processo de destruição de capitais. Em outras palavras, as falências não atingem igualmente todos os capitais, alguns conseguem aliviar suas dificuldades mais facilmente do que outros, seus valores são mais ou menos conservados. Então, após o conturbado período de liquidação de débitos e liquidação de estoques de mercadorias, esses capitais que sobreviveram à aguda crise, recomeçarão lentamente seu processo de valorização durante a fase de depressão.

Importante destacar que, a partir da concepção teórica de Itoh, a fase de crise ocorrerá inevitavelmente em função da “absoluta superprodução de capital em relação à população trabalhadora”, o que caracteriza a argumentação da teoria de crise do tipo ‘excesso de capital’ variante da ‘escassez de força de trabalho’. Contudo, puderam-se verificar como resultados da crise (e não como causa) “o desequilíbrio entre as esferas industriais e a severa restrição sobre a demanda efetiva dos trabalhadores ambos dos quais foram bastante enfatizados [pelas variantes] da teoria de crise do tipo ‘excesso de mercadorias’.” (Itoh, 1988, p.316)

Pode-se concluir que, independentemente do motivo que cause a crise, esta fase caracteriza-se pela queda da lucratividade e pelo aumento do número de falências. Isto implica que, na crise, a tendência é o aumento do desemprego e, portanto, a queda dos salários nominais.

A Depressão

As relações de débito foram liquidadas e os estoques de mercadorias esgotaram-se na última etapa da crise. Estes dois elementos têm implicações importantes. Por um lado, devido a este processo de liquidação dos débitos, os capitalistas (industriais, comerciais e bancos) que sobreviveram à crise direcionam seus capitais-dinheiro, para o sistema bancário na forma de fundos de depreciação ou fundos de acumulação, os quais serão mantidos ociosos e desempenharão importante papel na retomada da acumulação, depois de passada a depressão. Como consequência desta acumulação de capital-dinheiro nos bancos, a taxa de juros diminui a níveis semelhantes ao da fase de prosperidade. Por outro lado, o esgotamento dos estoques das mercadorias, ocorrido na última etapa da crise, permite o início da restauração dos preços, como resultado da diminuição da oferta.

No entanto, o preço da força de trabalho permanece sob pressão da insuficiente demanda já que a dificuldade de acumulação continua, por algum tempo, durante a depressão. Como resultado disso, os salários caem aumentando a mais-valia. Assim, nesta fase coexistem, por algum tempo, o excesso de capital real, a abundância de capital-dinheiro (conseguida a partir do processo de ajustamento das relações de débito na fase anterior) e uma superpopulação relativa a qual começou a ser reconstituída na fase de crise e continuará durante a depressão.

A despeito dessas condições favoráveis para o capital a estagnação do processo de acumulação continua em função da dificuldade de reestruturar condições equilibradas para uma nova acumulação real de capital. Itoh destaca dois grandes elementos que se constituem como fatores de entrave da acumulação nesta fase. O primeiro é enfatizado pelas teorias de ‘excesso de mercadorias’ na forma dos argumentos de desequilíbrio entre as esferas de produção – caracterizado pelo aumento dos preços das mercadorias em algumas indústrias em contraposição à queda dos preços em outras – e pela fraca demanda por parte dos trabalhadores, causada tanto pelo aumento do desemprego como pela queda dos salários reais.

O segundo elemento, o qual é colocado por Itoh como a ‘raiz do problema’ é a existência de grandes quantidades de capitais fixos. Na prosperidade eles não se constituíam como entraves, uma vez que, ainda eram lucrativos. Agora, com a atividade industrial estagnada, os capitais tentam buscar ramos industriais ou processos produtivos mais lucrativos. No entanto, a existência de capital fixo cria dificuldades para esses movimentos, na medida em que, antes de serem substituídos ou abandonados, os capitais devem ser depreciados. Entretanto, dado o nível de atividade industrial, durante a depressão, várias empresas em diversas esferas industriais, mantêm alta porcentagem de capacidade ociosa, o que impede sua utilização e conseqüente depreciação. Por outro lado, os

baixos custos de salários intensificam a dificuldade de substituir o capital fixo existente por novas máquinas, na medida em que estas não se mostram mais lucrativas do que o emprego da própria força de trabalho.

Outro aspecto que colabora com toda essa dificuldade é que o crédito comercial de curto prazo, direcionado freqüentemente para o capital circulante, não é adequado para o financiamento de capital fixo, dada a natureza de longo prazo exigida por empréstimos deste tipo. Assim, os capitalistas precisam criar fundos de acumulação antes de tentar substituir seus capitais fixos.

A saída apontada por Itoh é que “enquanto os capitais em geral estão, ainda, restringidos pelo existente capital fixo, capitais excepcionais, que adotarem novas máquinas aperfeiçoadas, devem obter lucro extra e podem individualmente escapar dos constrangimentos gerais sobre a acumulação de capital.” (Itoh, 1988, p.322) A possibilidade de lucro extraordinário estimula a competição e, portanto, os capitalistas são forçados a modificar a composição técnica do capital na tentativa de tornarem-se mais competitivos. Assim, a inovação tecnológica constitui-se como característica principal da fase de depressão.

Nesse processo de substituição do capital fixo, construção de novas plantas e equipamentos as indústrias que produzem esses meios de produção podem beneficiar-se com um pequeno “boom” correspondente ao aumento da demanda por essas mercadorias. Já os capitais mais fracos estarão sujeitos à falência, de um lado, por não conseguirem acompanhar tal processo e, por outro, por que a taxa de juros é pressionada a aumentar, dada a intensa mobilização dos fundos de depreciação e acumulação direcionados para o processo de substituição da antiga estrutura de produção, o que intensifica a dificuldade de sobrevivência de tais capitais. “Assim, um pequeno “boom” seguido de uma crise intermediária pode aparecer no ponto crítico entre a depressão e a prosperidade.” (Itoh, 1988, p.323)

Apesar disso, o processo de substituição dos capitais fixos é o elemento chave que possibilita a nova expansão dos capitais. Itoh relaciona os quatro efeitos principais decorrentes deste processo:

- a) Em função da mudança tecnológica, os valores individuais das mercadorias se reduzem e os capitais podem ser valorizados mesmo com preços menores do que aqueles vigentes na fase de depressão.
- b) Com a queda do valor das mercadorias, o valor da força de trabalho também cairá, o que possibilita o aumento da mais-valia pela via relativa.
- c) O crescimento da produtividade do trabalho reflete-se no aumento da composição orgânica do capital e esta provoca o aumento do exército industrial de reserva.

- d) Observa-se uma nova taxa de lucro com um conjunto de preços de produção reconstruídos e acompanhados por novas relações de valor. Com o equilíbrio entre as esferas industriais, mais ou menos, restaurado, o processo de equalização da taxa de lucro trabalhará influenciando taxas de lucros individuais a permanecerem ao redor da taxa de lucro geral, promovendo a expansão da reprodução.

Assim, com novas relações de produção constituídas nas principais esferas industriais o processo de expansão da acumulação, sob taxas de lucros satisfatórias, transforma-se numa nova fase de prosperidade. Esse “novo processo de prosperidade alcançará níveis de acumulação mais altos do que a fase próspera precedente”, com uma superpopulação relativa restaurada em função do aumento da composição orgânica do capital. Assim, completou-se o ciclo que se repetirá, ainda, indefinidas vezes. (Itoh, 1988, 324)

Através da articulação dos três argumentos expostos por Marx na “Lei geral da acumulação capitalista”, essa construção teórica exposta por Itoh (1988), foi capaz de explicar a formação, exaustão e reconstituição do exército industrial de reserva de forma bastante coerente. A conclusão geral que se pode tirar é que os salários aumentam, na medida em que, a superpopulação relativa é absorvida na fase da prosperidade, embora com a ressalva de que existe um limite para esse aumento que é dado pela modificação da composição do capital e que, portanto, o mecanismo que causa a crise, do ponto de vista de Itoh, não pode ser considerado um mecanismo básico do movimento do capital observado em todas as crises, sendo adequado apenas à análise de um caso concreto. De forma inversa, os salários diminuem com a reconstituição do exército industrial de reserva durante a crise e sua intensificação durante a depressão.

Apesar de coerente, a teoria de crise de Itoh deixa inexplicado como os ciclos do processo de acumulação, os quais o autor sugere que assumam uma tendência crescente no tempo – já que argumenta que o nível de acumulação da nova fase de prosperidade será maior do que aquele observado na fase próspera precedente – se coadunam com o argumento de Marx de tendência secular crescente do exército industrial de reserva? Na verdade, Itoh não discute a possibilidade de que a cada final de ciclo, sob novas bases tecnológicas, a superpopulação relativa possa sempre ser maior do que aquela observada no ciclo anterior. Enquanto a demanda por força de trabalho, dadas as novas relações técnicas de produção, é cada vez menor, dificultando assim, a absorção da superpopulação relativa nas fases de prosperidade e colocando em dúvida a inevitável crise advinda de uma ‘absoluta superprodução de capital’.

Por outro lado, a idéia de Shaikh (1991) de que o aumento da composição do capital é inerente ao processo de trabalho se coaduna com a hipótese de Marx de tendência secular de aumento do exército industrial de reserva, pois mesmo que se assuma que a superpopulação relativa

pode ser absorvida na fase de prosperidade o aumento da composição do capital impõe limites a essa absorção e traz, a cada ciclo, novas bases técnicas menos dependentes da força de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação do movimento dos salários deve ser empreendida com base nos elementos que demonstrem o movimento básico de expansão do capital. Desta forma, é preciso separar os elementos que constituem a teoria ao nível dos princípios básicos dos elementos que se ajustam à análise concreta. Neste sentido, pode-se dizer que o aumento da composição orgânica do capital constitui-se o mecanismo básico do movimento do capital. Se fatores contrariam esse aumento, então devem ser analisados de forma mais concreta, através de estudos empíricos.

Assim, a conclusão principal acerca do movimento dos salários dentro do ciclo econômico é que estes serão regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva, o qual é afetado pelas modificações na composição orgânica do capital. Portanto, em última análise, o aumento dos salários é sempre limitado pelo aumento da composição do capital.

REFERÊNCIAS

- Dobb, M. (1966). **Os salários**. São Paulo: Editora Cultrix Ltda.
- Fine, B.; Saad-Filho, A. (2003). **Marx's capital**. 4.ed. London: Pluto Press.
- Giussani, P. (1991). Value of labour-power and the wage. **International Journal of Political Economy**. Disponível em: <<http://www.mesharpe.com>> Acesso em: 03 out. 2004.
- Itoh, M. (1988). **The basic theory of capitalism**: the forms and substance of the capitalist economy. New Jersey: Barnes and Noble Books.
- Marx, K. (1996a). **O capital**: crítica da economia política. 15. ed., livro I, v.1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Marx, K (1996b). **O capital**: crítica da economia política. 15. ed., livro I, v.2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Marx, K (1980). **O capital**: crítica da economia política. 3. ed., livro III, v.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Marx, K (1982). **Salário, preço e lucro**. São Paulo: Abril Cultural.
- Marx, K (1980). **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. São Paulo: DIFEL.
- Marx, K (1983). **Trabalho assalariado e capital**. 2. ed. São Paulo: Global.

Shaikh, A. (1990). Organic Composition of capital. In: **The new palgrave: marxian economics**. New York: Norton & Company.

Shaikh, A. (1991). **Valor, acumulación y crisis: ensaios de economía política**. Bogotá: Tercer Mundo Editores.

Weisskopf, T. E. (1979). Marxian Crisis Theory and the Rate of Profit in the Postwar U.S. Economy', **Cambridge Journal of Economics**, 3: 341-78.